

Uma opção inarredável

Está em curso no Ministério da Fazenda a elaboração de um pacote de medidas destinado a readjustar a economia nacional, a partir da eliminação do déficit público de 211 trilhões de cruzeiros previsto para o exercício de 1986. Para alcançar esse objetivo, o governo pretende alienar o capital social de algumas empresas estatais, semiprivatizar outras e elevar a carga fiscal. Já se pode imaginar os novos sacrifícios que tais medidas representam, sobretudo para os segmentos produtivos de estruturas menos consistentes e, de modo geral, para todas as classes de renda tradicionalmente responsáveis pela formação dos recursos oriundos do imposto de renda.

Embora, desde já, o ministro Funaro afaste a possibilidade de penalizar mais uma vez a classe média, cujos rendimentos sofreram queda violenta durante o antigo regime, algumas faixas da sociedade haverão de suportar os encargos da nova carga tributária. Não se pode apagar o incêndio sem molhar os objetos atingidos pelo fogo e aqueles outros sujeitos a uma queima iminente. Quer dizer, não se pode pretender normalizar a vida econômico-financeira do País sem a adoção de algumas medidas heróicas e, como tais, geradoras de efeitos indesejáveis sobre o bem-estar de muitas pessoas.

A sociedade, sem outra opção, aceita as diretrizes do governo. E espera que esse contingenciamento de suas conquistas também possa influenciar os parceiros do Brasil para uma tomada de posição mais coerente com a ordem de dificuldades que o País amar-

ga. O pacote de medidas econômicas anunciado pelo ministro Funaro se recomenda como terapia para resolver os problemas internos. Mas, pela sua ordem de grandeza e vinculação específica ao modelo preconizado pelo Fundo Monetário Internacional, tende a funcionar como demonstração inequívoca de que o Brasil busca responsávelmente equilibrar sua vida econômico-financeira. É de esperar-se, em consequência, que o FMI avalie com maior precisão política esse esforço, de modo a não dificultar as negociações do governo brasileiro com os credores internacionais.

Apesar de sua carga de amargura e dramaticidade, o pacote em via de ser revelado à opinião pública assegura a possibilidade de o País desenvolver-se a taxas mínimas de seis por cento. Não se trata de decisão arrogante de um dos membros da comunidade financeira internacional que exibe uma dívida externa de cem bilhões de dólares, como pode parecer à ortodoxia um tanto vesga do Fundo. É que o Brasil não pode prescindir de crescimento anual nesse nível, por algumas razões incontornáveis.

Em primeiro lugar, é indispensável criar condições objetivas para reempregar a sua força de trabalho, hoje com perto de seis milhões de pessoas atiradas à ociosidade, isto é, à marginalidade social. A esses segmentos arredados do mercado, surgem anualmente mais de 2,5 milhões de jovens que procuram emprego pela primeira vez. Depois, com taxas de expansão demográfica da ordem de 2,5 por cento ao ano, o Brasil precisa incorporar aumen-

tos expressivos em seu acervo de bens, equipamentos, alimentação, moradias etc. para assistir o crescimento de suas populações. Ou fará isso com obstinação, energia e rapidez, ou ver-se-á engolfado em uma convulsão social incontrolável.

Não é possível admitir que o Fundo, com a sua imensa capacidade de avaliar situações e prescrever soluções, não enxergue a realidade brasileira por esse ângulo. Se não o fez até agora, é preciso fazê-lo com toda a urgência. E isto porque, jungido a essas circunstâncias especiais de sua conjuntura interna, em hipótese alguma o Brasil abrirá mão de sua decisão de retomar o crescimento econômico, conforme adverte o ministro Funaro. Caso o Fundo persevere em sua postura sectária, não colherá senão um impasse, cujos efeitos seguramente não atendem aos interesses do sistema financeiro internacional, embora também criem maiores dificuldades internas.

Está na hora, pois, de as partes considerarem que a administração da dívida externa brasileira não comporta apenas uma fórmula, mas admite outras, até mesmo mais eficazes, que se podem colher fora do arsenal monetarista do FMI. Com um saldo de 12 bilhões de dólares estimado para o desempenho de sua balança comercial e portador hoje de reservas cambiais da ordem de 9 bilhões de dólares, o Brasil já deu à comunidade financeira internacional convincente demonstração de sua capacidade de recuperação. Agora, só falta o Fundo reconhecê-la e agir segundo as lições que ela inspira.